# OLHAR DOS MORADORES DE CABO FRIO (RJ) SOBRE OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA SAZONALIDADE TURÍSTICA[1]

Natália Carmo Policiando Furtado[2]

## RESUMO

O turismo constitui a principal atividade econômica de Cabo Frio, município localizado na Região dos Lagos (RJ), caracterizando-se pela forte dependência da sazonalidade associada ao turismo de sol e praia. Esse modelo de desenvolvimento intensifica os fluxos turísticos em períodos específicos do ano, gerando impactos socioambientais significativos sobre o território e sobre o cotidiano da população residente. O presente artigo tem como objetivo compreender a opinião dos moradores de Cabo Frio acerca dos impactos socioambientais decorrentes da sazonalidade turística. A pesquisa adotou uma abordagem de caráter exploratório, sendo desenvolvida por meio de levantamento de campo (survey), com a aplicação de questionários estruturados a 34 moradores do município, residentes há pelo menos um ano. Os dados quantitativos foram analisados por meio de estatística descritiva, enquanto as respostas abertas foram organizadas em categorias temáticas interpretativas. Os resultados indicam que a sazonalidade turística é amplamente percebida pelos moradores, sendo associada à superlotação das praias, à degradação ambiental, aos problemas de mobilidade urbana e ao aumento do custo de vida, especialmente durante a alta temporada. Embora o turismo seja reconhecido como fundamental para a economia local, seus benefícios são percebidos como desigualmente distribuídos no território e ao longo do ano. Observa-se, ainda, uma avaliação crítica da atuação do poder público e um envolvimento comunitário limitado em ações voltadas à proteção ambiental. Conclui-se que a sazonalidade turística em Cabo Frio evidencia contradições do modelo de turismo de massa, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas, ampliação da participação social e adoção de estratégias de planejamento turístico orientadas pelos princípios da sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Turismo; Sazonalidade; Percepção dos moradores; Sustentabilidade; Cabo Frio.

## ABSTRACT

Tourism is the main economic activity in Cabo Frio, a city located in the Lakes Region of the state of Rio de Janeiro. The region is strongly dependent on tourism seasonality associated with sun-and-beach tourism due to its costal spot. This development model intensifies tourist flows during specific periods of the year, generating significant socio-environmental impacts on the territory and on the daily lives of the local population. This study aims to understand the perceptions of Cabo Frio residents regarding the socio-environmental impacts associated

---

[1] Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora, orientado pela professora *Msc*. Luciana Bittencourt Villela

[2] Graduanda em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

with tourism seasonality. The research adopted an exploratory approach and was conducted through a field survey involving structured questionnaires administered to 34 residents of the municipality who had lived there for at least one year. Quantitative data were analyzed using descriptive statistics, while open-ended responses were organized into interpretive thematic categories. The results indicate that tourism seasonality is widely perceived by residents and is associated with beach overcrowding, environmental degradation, urban mobility problems, and increased living costs, particularly during the high season. Although tourism is recognized as fundamental to the local economy, its benefits are perceived as unevenly distributed across the territory and throughout the year. The findings also reveal a critical perception of public authorities' actions and limited community involvement in initiatives aimed at environmental protection. The study concludes that tourism seasonality in Cabo Frio highlights contradictions inherent in the mass tourism model, reinforcing the need for integrated public policies, greater social participation, and tourism planning strategies guided by the principles of sustainability.

**Keywords:** Tourism; Tourism seasonality; Residents' perceptions; Sustainability; Cabo Frio.

## 1. INTRODUÇÃO

O interesse pela cidade de Arraial do Cabo motivou a escolha deste tema para o Trabalho de Conclusão de Curso. Para além do desejo de conhecer mais profundamente o município, sempre esteve presente a preocupação com os impactos que a atividade turística pode gerar sobre as comunidades locais. Nesse sentido, busca-se compreender de que forma o fluxo de turistas interfere no cotidiano dos moradores, no meio ambiente e na infraestrutura urbana, considerando especialmente as diferenças entre os períodos de alta e baixa temporada.

O levantamento de trabalhos acadêmicos realizado no repositório institucional da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) evidenciou que ainda há um campo significativo a ser explorado em relação a essa temática. Diante disso, optou-se por aprofundar a investigação por meio de uma pesquisa de campo em Arraial do Cabo, com o objetivo de

compreender a percepção dos moradores locais e os principais desafios enfrentados pelo município em função do turismo.

Assim, ao articular o interesse pela cidade com a discussão acerca dos impactos do turismo, este estudo se propõe a contribuir para o debate sobre o desenvolvimento do turismo sustentável, a partir de uma abordagem que valoriza a realidade local e as vivências da população residente.

Cabo Frio, localizada na Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro, é reconhecida nacionalmente por suas praias de areia branca, águas cristalinas e por uma paisagem que articula patrimônio natural e cultural. Desde a segunda metade do século XX, o município passou por uma profunda transformação econômica e territorial, marcada pela transição da antiga atividade salineira para o turismo como principal vetor de desenvolvimento local (Christóvão, 2011).

Esse processo foi intensificado a partir da construção da Ponte Rio–Niterói e da descoberta de petróleo na Bacia de Campos, na década de 1970, fatores que contribuíram para a consolidação de Cabo Frio como um dos destinos turísticos mais expressivos do litoral fluminense (Bernardo et al., 2023). Contudo, essa consolidação também trouxe consigo novos desafios ambientais, sociais e econômicos, que se tornam ainda mais evidentes diante do fenômeno da sazonalidade turística.

A sazonalidade, característica marcante de destinos de sol e praia, refere-se à variação periódica dos fluxos de visitantes ao longo do ano, resultando em períodos de superlotação durante férias e feriados e em acentuado esvaziamento na baixa temporada. Essa alternância intensifica as desigualdades no uso do espaço urbano e exerce forte pressão sobre a infraestrutura e os serviços públicos, afetando diretamente o cotidiano da população residente. Durante a alta temporada, observa-se um aumento significativo na geração de resíduos, na poluição e na demanda por recursos naturais, como água e energia. Em contrapartida, na baixa temporada, verifica-se a retração da atividade econômica, o aumento do desemprego e a ociosidade de grande parte da estrutura turística instalada (Ramão, 2018). Essa dinâmica contribui para a precarização do trabalho e para a intensificação dos impactos socioambientais sobre o território (Ramão; Melo, 2021).

Diante desse cenário, o presente trabalho busca responder à seguinte questão central: como os moradores de Cabo Frio percebem os impactos da sazonalidade turística sobre o

ambiente e o cotidiano local? Parte-se do pressuposto de que a compreensão da opinião da comunidade residente é fundamental para a formulação de estratégias de gestão turística participativas e sustentáveis, capazes de equilibrar o desenvolvimento econômico, a conservação ambiental e a qualidade de vida da população local.

Neste sentido, o objetivo geral da pesquisa é compreender a opinião dos moradores de Cabo Frio acerca dos efeitos da sazonalidade turística. Como objetivos específicos, pretende-se: (1) identificar como os moradores percebem as principais transformações ambientais e sociais associadas ao fluxo sazonal de turistas; (2) analisar a opinião dos moradores sobre a atuação do poder público e as práticas de gestão ambiental relacionadas ao turismo; e (3) compreender, a partir da narrativa dos moradores, quais ações poderiam contribuir para a mitigação dos impactos negativos da sazonalidade no território cabofriense.

A relevância do estudo fundamenta-se tanto em sua dimensão social quanto acadêmica. No plano social, a pesquisa busca dar visibilidade à opinião da comunidade local, frequentemente marginalizada nos processos decisórios relacionados ao turismo, apesar de ser diretamente afetada por seus impactos. No campo acadêmico, a investigação contribui para o debate sobre a sustentabilidade em destinos litorâneos ao integrar a dimensão perceptiva dos moradores à análise dos impactos territoriais e ambientais da atividade turística. Estudos como os de Ramão (2018) e Bernardo et al. (2023) indicam que a expansão urbana de Cabo Frio, impulsionada pela construção civil e pelo turismo, tem produzido desigualdades no uso do espaço, reforçando a necessidade de abordagens que articulem planejamento urbano, gestão ambiental e participação comunitária.

O trabalho está estruturado em cinco seções. A primeira expõe os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. A segunda apresenta a contextualização do turismo em Cabo Frio e a problematização da sazonalidade turística. A terceira descreve o referencial teórico, abordando contribuições sobre turismo litorâneo, capacidade de carga, gestão socioambiental, entre outras categorias relevantes ao estudo. A quarta seção apresenta e analisa os resultados obtidos a partir da pesquisa de opinião realizada com os moradores. Por fim, a quinta seção reúne as considerações finais, destacando as contribuições do estudo e apontando caminhos para uma gestão do turismo mais sustentável e participativa em Cabo Frio.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico e documental, contemplando a análise de produções acadêmicas, bem como de documentos oficiais e da legislação vigente relacionada ao tema. Em seguida, realizou-se a pesquisa de campo junto a 34 moradores do município de Cabo Frio, residentes há mais de um ano, que se encontravam disponíveis para participar do estudo.

A coleta de dados ocorreu nos dias 21 e 28 de dezembro de 2025, por meio da aplicação de um questionário composto por perguntas abertas e fechadas. As questões fechadas foram organizadas e analisadas com base em estatística descritiva simples, sendo os resultados apresentados em tabelas. As respostas abertas foram tratadas de forma qualitativa, por meio da categorização de palavras-chave e sentidos, buscando expressar as opiniões dos moradores em relação aos temas investigados e identificar padrões e tendências nas percepções acerca dos impactos da sazonalidade turística.

O questionário foi estruturado em cinco blocos temáticos, a saber:

**Bloco I – Perfil do respondente**, destinado à caracterização dos participantes, incluindo faixa etária, gênero, bairro de residência, tempo de moradia no município e vínculo com o setor turístico;

**Bloco II – Percepção sobre a sazonalidade turística**, abordando os impactos positivos e negativos do turismo;

**Bloco III – Percepção ambiental**, com questões relacionadas ao grau de concordância quanto à poluição e à qualidade ambiental;

**Bloco IV – Ações e políticas públicas**, voltado à avaliação da atuação do poder público e da participação social;

**Bloco V – Expectativas e propostas**, reunindo sugestões e visões dos respondentes sobre o futuro do turismo em Cabo Frio.

A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, confrontando os resultados empíricos com o referencial teórico adotado. A pesquisa apresenta limitações quanto à representatividade da amostra, composta por 34 moradores, o que não permite generalizações para a totalidade da população do município.

Para o desenvolvimento do projeto, foi utilizada a ferramenta Manus AI como apoio à revisão textual, ao cruzamento de dados e à elaboração de tabelas e quadros. A organização e o tratamento dos dados foram realizados por meio de planilhas eletrônicas, sem a utilização de softwares estatísticos específicos. As questões fechadas foram analisadas a partir do cálculo de frequências e percentuais, enquanto as respostas abertas foram submetidas à análise qualitativa, baseada na identificação de categorias e sentidos recorrentes. Esse procedimento mostrou-se adequado aos objetivos da pesquisa e ao tamanho da amostra, permitindo a interpretação dos resultados à luz do referencial teórico adotado.

## 3. ÁREA DE ESTUDO

O município de Cabo Frio está localizado na Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro, integrando o conjunto das Baixadas Litorâneas. Situado a aproximadamente 150 km da capital fluminense, destaca-se por sua posição estratégica e por uma paisagem composta por praias de areia branca, dunas, restingas, lagoas e ecossistemas costeiros associados. Sua costa é influenciada pelo fenômeno da ressurgência, responsável por trazer à superfície águas frias e ricas em nutrientes, resultando em um mar de coloração azul intensa e elevada transparência, característica que confere singularidade às praias locais e potencializa sua atratividade turística.

Historicamente, Cabo Frio vivenciou uma significativa transformação econômica ao longo do século XX, passando de um município voltado predominantemente à atividade salineira para um dos principais destinos turísticos do estado. Segundo Christóvão (2011), essa transição foi intensificada a partir da década de 1970, quando a construção da Ponte Rio–Niterói e o desenvolvimento da indústria petrolífera na Bacia de Campos ampliaram o fluxo de visitantes e impulsionaram o crescimento urbano. Atualmente, o turismo configura-se como o principal eixo econômico da cidade, influenciando diretamente a dinâmica territorial, o mercado de trabalho, o setor imobiliário e a organização dos espaços públicos (Bernardo et al., 2023).

Entretanto, essa centralidade do turismo também aprofunda a dependência da sazonalidade, evidenciando contrastes marcantes entre os períodos de alta e baixa temporada. Conforme apontam Ramão (2018) e Ramão e Melo (2021), durante o verão ocorre um aumento expressivo da população flutuante, acompanhado de intensas pressões sobre a

infraestrutura urbana, os serviços públicos, o trânsito, o abastecimento de água, a geração de resíduos e a ocupação das praias. Já nos meses de baixa temporada, o município vivencia a retração das atividades econômicas, o aumento do desemprego e a ociosidade de grande parte da estrutura turística, reforçando o caráter cíclico da economia local. Essa oscilação afeta diretamente o cotidiano dos moradores e a qualidade ambiental das áreas litorâneas, sobretudo das mais frequentadas.

Entre os principais atrativos turísticos, destacam-se as praias do Forte e do Peró, que desempenham papéis distintos na dinâmica ambiental, turística e social do município. A Praia do Forte, localizada na região central, constitui o principal cartão-postal de Cabo Frio e o espaço mais intensamente utilizado por turistas e moradores. Sua extensa faixa de areia, a proximidade com o comércio e a presença do Forte São Mateus, patrimônio histórico datado do século XVII, fazem desse local um dos principais polos de lazer e circulação da cidade. Por concentrar grande parte das atividades econômicas relacionadas ao turismo, como quiosques, vendedores ambulantes e serviços de entretenimento, a Praia do Forte é também um dos espaços mais afetados pela superlotação, pela poluição, pela descaracterização das dunas e pela pressão sobre os ecossistemas costeiros.

Em contraste, a Praia do Peró apresenta características ambientais diferenciadas, com menor grau de urbanização e maior preservação da vegetação de restinga. Esse contexto contribuiu para que o local recebesse a certificação internacional Bandeira Azul, símbolo de excelência ambiental e de gestão sustentável. De acordo com Bernardo et al. (2023), o Peró destaca-se como uma área de maior equilíbrio entre atividade turística e conservação ambiental, sendo frequentado por um público que busca práticas de lazer associadas ao contato com a natureza, como caminhadas, trilhas e contemplação da paisagem. A certificação reflete a adoção de ações voltadas ao monitoramento da qualidade da água, à educação ambiental e ao controle do uso da orla, diferenciando essa praia de áreas mais pressionadas do município.

No que se refere aos indicadores socioeconômicos, Cabo Frio apresenta uma economia fortemente dependente do turismo, do comércio, dos serviços e da construção civil, além das receitas provenientes dos *royalties* do petróleo. Essa dependência acentua as desigualdades geradas pela sazonalidade, refletindo-se no aumento da informalidade e na intensificação do trabalho precário durante a alta temporada, especialmente entre os

trabalhadores vinculados às atividades de praia (Ramão; Melo, 2021). O município possui ainda um número expressivo de residências secundárias, ocupadas predominantemente nos meses de verão, o que contribui para a formação de vazios urbanos e para a redução da circulação econômica ao longo do restante do ano (Ramão, 2018).

Do ponto de vista ambiental, Cabo Frio enfrenta desafios relevantes relacionados à expansão urbana, à pressão sobre ecossistemas sensíveis e à manutenção da qualidade ambiental das praias. A geração de resíduos sólidos aumenta significativamente durante o verão, assim como a ocupação irregular de dunas, a compactação da areia e os conflitos de uso da orla. Em contrapartida, experiências como a da Praia do Peró demonstram que é possível conciliar turismo e conservação por meio de políticas de gestão costeira, fiscalização adequada e envolvimento da comunidade local.

Dessa forma, o município de Cabo Frio configura-se como um cenário complexo e dinâmico para estudos sobre turismo, meio ambiente e percepção comunitária. Suas praias, fundamentais para a economia e para a identidade local, constituem não apenas espaços de lazer, mas também territórios de disputa, convivência e impacto ambiental. Nesse contexto, a análise da percepção dos moradores sobre os efeitos da sazonalidade turística mostra-se fundamental para compreender as relações estabelecidas entre população, território e atividade turística.

## 4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A sazonalidade turística constitui um dos fenômenos estruturantes da dinâmica do turismo, especialmente em destinos litorâneos consolidados. De acordo com Butler ( 2001 apud SILVA, 2019), caracteriza-se pela concentração dos fluxos turísticos em determinados períodos do ano, seguida por fases de retração acentuada, estando associada a fatores climáticos, aos calendários de férias, aos feriados prolongados e a padrões socioculturais de lazer. Em destinos de sol e praia, essa dinâmica tende a se manifestar de forma mais intensa, produzindo efeitos diretos sobre o território, a economia local e o cotidiano da população residente.

No contexto do turismo de massa, a sazonalidade amplia contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento turístico. Conforme aponta Beni (2007), embora o turismo seja frequentemente apresentado como vetor de crescimento econômico, sua expansão

desordenada pode gerar instabilidade no mercado de trabalho, intensificação da informalidade e excessiva dependência econômica. Nos períodos de alta temporada, observa-se o aumento do emprego temporário e da renda, enquanto na baixa temporada ocorre retração econômica, crescimento do desemprego e ociosidade da infraestrutura turística, reforçando o caráter cíclico e desigual desse modelo.

Do ponto de vista socioambiental, os impactos da sazonalidade tornam-se ainda mais evidentes. A superlotação dos espaços públicos, especialmente das praias, provoca sobrecarga da infraestrutura urbana, aumento da geração de resíduos sólidos, pressão sobre os sistemas de saneamento e intensificação da degradação dos ecossistemas costeiros. Butler (1980 apud BENI, 2007) já alertava que a ausência de planejamento nos destinos turísticos pode conduzir à saturação ambiental e à perda de atratividade do local, comprometendo sua sustentabilidade no médio e no longo prazo.

Nesse sentido, a discussão sobre sustentabilidade no turismo está diretamente relacionada ao conceito de capacidade de carga turística. Segundo Cifuentes (1992 apud RUSCHMANN, 2001) e Ruschmann (2001), a capacidade de carga refere-se ao limite máximo de visitantes que um destino é capaz de suportar sem provocar danos ambientais irreversíveis, prejuízos sociais ou comprometimento da experiência turística. Esse conceito extrapola a dimensão física, incorporando aspectos sociais, culturais e administrativos, incluindo a tolerância da população residente às transformações impostas pela atividade turística.

Em destinos litorâneos brasileiros, a superação da capacidade de carga ocorre com frequência durante a alta temporada, quando o aumento expressivo da população flutuante intensifica os conflitos no uso do espaço urbano e amplia as desigualdades territoriais. A expansão imobiliária orientada pelo turismo, a proliferação de residências secundárias e a ocupação de áreas ambientalmente sensíveis contribuem para processos de exclusão socioespacial e degradação ambiental, fenômenos amplamente observados em municípios costeiros como Cabo Frio (Christóvão, 2011; Ramão, 2018).

A atuação do poder público assume papel central na mediação desses conflitos. A gestão ambiental e turística envolve ações de ordenamento territorial, fiscalização, planejamento urbano e implementação de políticas públicas capazes de equilibrar o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. No entanto, estudos indicam que

muitos municípios turísticos enfrentam fragilidades institucionais, descontinuidade administrativa e limitações técnicas e financeiras, o que dificulta a adoção de estratégias eficazes para mitigar os impactos da sazonalidade (Ramão; Melo, 2021).

Nesse cenário, a percepção ambiental da população residente emerge como elemento fundamental para a compreensão da realidade local. Conforme Tuan (1980 apud MELAZO, 2005), a percepção do ambiente é construída a partir das experiências cotidianas e da relação vivida com o território. No contexto do turismo, os moradores são diretamente afetados pelos efeitos da sazonalidade, percebendo tanto os benefícios econômicos quanto os impactos negativos sobre a qualidade de vida, o meio ambiente e o acesso aos serviços públicos. Melazo (2005) destaca que essa percepção constitui um importante indicador para a avaliação da sustentabilidade dos destinos turísticos.

A participação social, por sua vez, configura-se como princípio essencial da gestão democrática do turismo. A inclusão da população nos processos decisórios fortalece o sentimento de pertencimento, amplia a consciência ambiental e contribui para a formulação de políticas públicas mais adequadas às especificidades territoriais. Ruschmann (2001) ressalta que a ausência de participação comunitária tende a acentuar conflitos, desigualdades e resistências locais, especialmente em contextos de turismo intensivo.

Dessa forma, a fundamentação teórica evidencia que a sazonalidade turística, quando associada ao modelo de turismo de massa e à fragilidade da gestão pública, produz impactos socioambientais significativos nos destinos litorâneos. A superação desses desafios exige planejamento integrado, respeito à capacidade de carga dos territórios e valorização da percepção e da participação da comunidade local. Esses pressupostos orientam a análise empírica desenvolvida neste estudo, permitindo interpretar as percepções dos moradores de Cabo Frio à luz das contradições e dos limites do modelo turístico vigente.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1. Perfil dos participantes

A pesquisa contou com a participação de 34 moradores do município de Cabo Frio, possibilitando uma análise qualitativa e quantitativa das percepções locais acerca dos impactos da sazonalidade turística.

Em relação à faixa etária, observa-se uma distribuição relativamente equilibrada entre os grupos adultos. A maior concentração de respondentes situa-se entre 35 e 44 anos (32,4%), seguida pelas faixas de 45 a 65 anos (29,4%) e de 25 a 34 anos (26,5%). Os grupos de jovens entre 18 e 24 anos e de idosos acima de 65 anos apresentaram participação reduzida. Esse perfil indica que a maioria dos participantes encontra-se em idade economicamente ativa, o que contribui para percepções mais diretas e concretas acerca dos impactos do turismo sobre o trabalho, a renda e o cotidiano urbano.

Quanto ao gênero, houve predominância de participantes do sexo masculino (55,9%), seguidos pelo sexo feminino (44,1%), não havendo registros na categoria “prefiro não informar”. Essa distribuição relativamente equilibrada favorece a observação de percepções diversas sobre a atividade turística e seus efeitos socioambientais.

No que se refere ao tempo de residência, destaca-se que a maioria expressiva dos respondentes (70,6%) reside em Cabo Frio há mais de dez anos, o que confere maior consistência às análises, uma vez que esses moradores acompanharam transformações significativas relacionadas à consolidação do turismo como principal atividade econômica do município.

Em relação à vinculação com o setor turístico, 44,1% dos participantes afirmaram trabalhar ou já ter trabalhado diretamente com o turismo, enquanto 55,9% declararam não possuir vínculo direto com a atividade. Esse resultado evidencia que, mesmo entre aqueles que não atuam no setor, há uma percepção clara dos efeitos do turismo sobre o território e o cotidiano local, reforçando o caráter transversal dos impactos associados à sazonalidade turística.

**Tabela 1 – Perfil dos respondentes da pesquisa**

| Variável | Categoria | Percentual (%) |
|---|---|---|
| **Faixa etária** | 18 a 24 anos | — |
| | 25 a 34 anos | 26,5 |
| | 35 a 44 anos | 32,4 |

| | | |
|---|---|---|
| | 45 a 65 anos | 29,4 |
| | Acima de 65 anos | — |
| **Gênero** | Masculino | 55,9 |
| | Feminino | 44,1 |
| | Prefiro não informar | 0 |
| **Tempo de residência** | Até 10 anos | 29,4 |
| | Mais de 10 anos | 70,6 |
| **Vínculo com o turismo** | Trabalha ou já trabalhou no setor | 44,1 |
| | Não possui vínculo direto | 55,9 |

**Fonte:** Dados da pesquisa (2025).

### 5.2. Percepção dos moradores sobre os impactos da sazonalidade

Os resultados indicam uma percepção quase consensual entre os moradores quanto às diferenças entre a alta e a baixa temporada turística em Cabo Frio. Do total de participantes, 94,1% afirmaram perceber mudanças significativas associadas à sazonalidade, sendo que a maioria absoluta (32 respondentes) classificou essas mudanças como “muitas”, evidenciando a intensidade com que o fenômeno é vivenciado no cotidiano local.

Embora parte dos moradores reconheça a existência de impactos positivos decorrentes do turismo, com 55,9% avaliando-os como “muito positivos” ou “positivos”, observa-se que os impactos negativos da sazonalidade são percebidos de forma mais intensa, sobretudo durante a alta temporada. Esses impactos se manifestam principalmente na sobrecarga da infraestrutura urbana, na degradação ambiental e no aumento do custo de vida.

A análise das respostas permitiu identificar categorias recorrentes associadas às percepções dos moradores. A mobilidade urbana e a superlotação aparecem como os aspectos mais citados, com 82,4% dos respondentes destacando o aumento do fluxo de veículos e a lotação do transporte público. Em seguida, sobressaem os impactos ambientais, expressos pelo aumento do lixo e da poluição (70,6%) e pela superlotação das praias (64,7%). Também foram mencionados impactos econômicos negativos no cotidiano, como a elevação dos valores de aluguel e dos preços no comércio local (55,9%). Em menor proporção, surgiram referências a conflitos sociais, envolvendo tensões entre moradores e turistas.

Esses resultados corroboram a literatura que aponta a sazonalidade como um fenômeno estruturante dos destinos turísticos de sol e praia, responsável por intensificar pressões sobre a infraestrutura urbana e os ecossistemas costeiros, além de aprofundar desigualdades socioespaciais (Butler, 2001; Beni, 2007).

**Tabela 2 – Percepção dos moradores sobre os impactos da sazonalidade turística em Cabo Frio**

| Aspecto analisado | Categoria | Percentual (%) |
|---|---|---|
| **Percepção de mudanças entre alta e baixa temporada** | Percebem mudanças significativas | 94,1 |
| | Não percebem mudanças | 5,9 |
| **Intensidade das mudanças percebidas** | Muitas mudanças | 94,1 |
| | Poucas mudanças | 5,9 |
| **Avaliação dos impactos do turismo** | Muito positivos / Positivos | 55,9 |
| | Negativos / Muito negativos | 44,1 |
| **Principais impactos percebidos** | Mobilidade urbana e superlotação | 82,4 |
| | Aumento do lixo e da poluição | 70,6 |
| | Superlotação das praias | 64,7 |
| | Aumento do custo de vida | 55,9 |
| | Conflitos sociais | — |

**Fonte:** Dados da pesquisa (2025).

A análise qualitativa das respostas abertas permitiu a construção de categorias interpretativas a partir de palavras-chave e expressões recorrentes, que traduzem a percepção dos moradores sobre os impactos da sazonalidade turística.

**Quadro 1 – Categorias qualitativas das percepções dos moradores sobre a sazonalidade turística**

| Categoria | Palavras-chave recorrentes | Interpretação analítica |
|---|---|---|
| **Mobilidade urbana e superlotação** | Trânsito, engarrafamento, ônibus cheio, dificuldade de circular | Indica pressão sobre a infraestrutura urbana e perda de qualidade de vida durante a alta temporada |

| | | |
|---|---|---|
| **Degradação ambiental** | Lixo, poluição, sujeira, praia cheia, esgoto | Expressa percepção de sobrecarga ambiental e fragilidade da gestão costeira |
| **Impactos econômicos negativos** | Aluguel caro, preços altos, custo de vida | Revela desigualdade na distribuição dos benefícios econômicos do turismo |
| **Conflitos sociais** | Falta de respeito, excesso de turistas, desordem | Aponta tensões simbólicas e materiais entre moradores e visitantes |

**Fonte:** Dados da pesquisa (2025).

Os resultados empíricos obtidos dialogam diretamente com a literatura que compreende a sazonalidade turística como elemento estruturante dos destinos de sol e praia. Conforme Butler ( 2001 apud SILVA, 2019), a concentração de fluxos turísticos em períodos específicos do ano tende a gerar sobrecarga da infraestrutura e degradação ambiental, fenômeno claramente identificado nas percepções dos moradores de Cabo Frio.

As recorrentes menções à superlotação, à pressão sobre os serviços urbanos e à degradação ambiental indicam situações de superação da capacidade de carga turística, conforme discutido por Cifuentes (1992 apud RUSCHMANN, 2001) e Ruschmann (2001). Além disso, o aumento do custo de vida e a precarização das relações de trabalho observadas durante a alta temporada reforçam as críticas de Beni (2007) ao modelo de turismo de massa, marcado por crescimento econômico desigual e instabilidade social.

A presença de conflitos sociais, ainda que em menor proporção, pode ser interpretada à luz da percepção ambiental e territorial dos moradores, conforme Tuan (1980 apud MELAZO, 2005), evidenciando que a experiência cotidiana do território é profundamente afetada pela intensidade dos fluxos turísticos. Nesse sentido, os resultados reforçam a importância da participação comunitária e da gestão pública integrada como estratégias fundamentais para a mitigação dos impactos da sazonalidade, conforme defendido por Ruschmann (2001) e Ramão e Melo (2021).

### 5.3. Percepção sobre o papel do poder público e políticas de mitigação

No que se refere à atuação do poder público, os dados revelam uma percepção predominantemente crítica por parte dos moradores. Embora 41,2% dos respondentes

afirmem conhecer alguma ação da prefeitura voltada à preservação das praias, a maioria (55,9%) declarou não ter conhecimento de iniciativas ambientais estruturadas.

Quando questionados sobre o nível de investimento público em preservação ambiental, apenas 8,8% consideram que ele ocorre de forma adequada, enquanto 47,1% avaliam que os investimentos são insuficientes e 44,1% apontam a existência de uma atuação apenas parcial.

A percepção negativa torna-se ainda mais expressiva quando analisada a distribuição desses investimentos, uma vez que 76,5% dos moradores afirmam que os recursos não são distribuídos de forma justa entre as diferentes praias do município.

Esses resultados evidenciam fragilidades na gestão pública do turismo e do meio ambiente, especialmente no enfrentamento dos picos sazonais, reforçando o argumento de que a ausência de planejamento integrado compromete a sustentabilidade dos destinos turísticos litorâneos (Ruschmann, 2001).

**Tabela 4 – Percepção dos moradores sobre a atuação do poder público na preservação ambiental em Cabo Frio**

| Aspecto avaliado | Categoria | Percentual (%) |
|---|---|---|
| **Conhecimento de ações da prefeitura** | Conhece alguma ação ambiental | 41,2 |
| | Não conhece ações Estruturadas | 55,9 |
| **Avaliação do investimento público** | Adequado | 8,8 |
| | Parcial | 44,1 |
| | Insuficiente | 47,1 |
| **Distribuição dos investimentos ambientais** | Justa | 23,5 |
| | Injusta | 76,5 |

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A percepção predominantemente crítica dos moradores em relação à atuação do poder público em Cabo Frio dialoga com a literatura que reconhece a gestão pública como elemento central para a sustentabilidade dos destinos turísticos litorâneos. Conforme Ruschmann (2001), a ausência de planejamento integrado e de políticas públicas contínuas compromete a

capacidade dos municípios de enfrentar os impactos da sazonalidade turística, sobretudo em contextos marcados pelo turismo de massa.

O fato de a maioria dos respondentes não reconhecer ações ambientais estruturadas e avaliar os investimentos públicos como insuficientes ou apenas parciais evidencia fragilidades institucionais na gestão do turismo e do meio ambiente. Butler (1980 apud BENI, 2007) já alertava que a inexistência de estratégias claras de ordenamento territorial e controle dos fluxos turísticos tende a resultar na superação da capacidade de carga, com consequente degradação ambiental e perda da qualidade da experiência turística. A percepção de injustiça na distribuição dos investimentos ambientais entre as praias do município reforça essa leitura, indicando a priorização de áreas centrais e mais turísticas, o que amplia desigualdades territoriais e sociais, conforme também discutido por Beni (2007).

Nesse contexto, a percepção dos moradores emerge como indicador relevante da sustentabilidade do destino turístico. Conforme Tuan (1980 apud MELAZO, 2005) e Melazo (2005), a relação cotidiana com o território permite à população identificar de forma sensível os limites da gestão pública e os impactos do turismo sobre a qualidade de vida e o ambiente. Os resultados reforçam, portanto, a necessidade de fortalecimento da gestão pública, da adoção de políticas integradas de turismo e meio ambiente e da ampliação da participação social nos processos decisórios, como caminhos fundamentais para mitigar os efeitos da sazonalidade e construir um modelo de turismo mais justo e sustentável.

## 5.4. Envolvimento comunitário e práticas de conscientização ambiental

A análise do envolvimento comunitário revela um cenário ambíguo no que se refere à participação da população em ações de conscientização e preservação ambiental. Embora 57,6% dos respondentes afirmem já ter participado de ações ambientais, seja de forma frequente ou ocasional, uma parcela expressiva (42,4%) declarou nunca ter participado de mutirões, campanhas educativas ou iniciativas voltadas à preservação ambiental.

Além disso, a percepção sobre o engajamento coletivo dos moradores é predominantemente crítica. Do total de participantes, 44,1% discordam totalmente da afirmação de que os moradores de Cabo Frio sejam engajados na preservação ambiental, enquanto apenas 11,8% concordam plenamente com essa proposição, evidenciando uma avaliação negativa do envolvimento comunitário de forma mais ampla.

No que diz respeito aos fatores que poderiam ampliar a participação social, os moradores destacaram principalmente a necessidade de maior divulgação das ações ambientais (35,3%) e o fortalecimento de parcerias com escolas e associações comunitárias (32,4%). Também foram mencionadas a importância de campanhas educativas contínuas (20,6%) e a criação de benefícios ou incentivos por parte da prefeitura (11,8%), indicando que a ampliação do engajamento comunitário depende tanto de estratégias educativas quanto de políticas públicas de estímulo à participação.

Esses resultados reforçam a centralidade da percepção ambiental e da participação social na construção de práticas turísticas sustentáveis, conforme destacado por Tuan (1980 apud MELAZO, 2005), ao compreender a relação vivida com o território, e por Melazo (2005), ao reconhecer a percepção dos moradores como indicador fundamental da sustentabilidade dos destinos turísticos.

**Tabela 5 – Envolvimento comunitário e percepção sobre práticas de conscientização ambiental em Cabo Frio**

| Aspecto analisado | Categoria | Percentual (%) |
|---|---|---|
| **Participação em ações ambientais** | Já participou (frequentemente ou às vezes) | 57,6 |
| | Nunca participou | 42,4 |
| **Percepção sobre o engajamento dos moradores** | Concorda plenamente que há engajamento | 11,8 |
| | Discorda totalmente que haja engajamento | 44,1 |
| **Fatores que podem ampliar a participação social** | Maior divulgação das ações | 35,3 |
| | Parcerias com escolas e associações | 32,4 |
| | Campanhas educativas | 20,6 |
| | Benefícios ou incentivos da prefeitura | 11,8 |

**Fonte:** Dados da pesquisa (2025).

### 5.5. Análise geral da pesquisa.

A integração entre os resultados empíricos e o referencial teórico evidencia que a sazonalidade turística em Cabo Frio configura-se como um fenômeno estrutural, cujos efeitos ultrapassam a dimensão temporal e incidem diretamente sobre o território, a dinâmica

socioeconômica e os ecossistemas costeiros. As percepções dos moradores confirmam que a concentração dos fluxos turísticos durante a alta temporada intensifica a superlotação das praias, a pressão sobre a infraestrutura urbana, a degradação ambiental e o aumento do custo de vida, corroborando as análises de Butler ( 2001 apud SILVA, 2019), Beni (2007) e Ruschmann (2001).

Diante desse cenário, uma primeira proposição refere-se ao fortalecimento do planejamento turístico integrado, com adoção de estratégias voltadas à gestão da capacidade de carga das praias e dos espaços urbanos. Medidas como o monitoramento contínuo dos fluxos turísticos, a regulação do uso da orla, a limitação de acessos em períodos críticos e a diversificação da oferta turística para além do turismo de sol e praia podem contribuir para reduzir a concentração espacial e temporal dos visitantes, mitigando os impactos socioambientais identificados.

No campo da gestão ambiental, os resultados apontam para a necessidade de ampliar e qualificar os investimentos públicos de forma equitativa entre as diferentes praias do município. A implementação de políticas permanentes de gestão costeira, com foco na prevenção e não apenas em ações emergenciais na alta temporada, associada ao fortalecimento da fiscalização, ao manejo adequado de resíduos sólidos e à proteção das dunas e da vegetação de restinga, constitui medida fundamental para a conservação dos ecossistemas litorâneos e para a manutenção da atratividade turística no longo prazo.

A pesquisa também evidencia fragilidades na governança pública, o que reforça a importância da adoção de mecanismos de gestão participativa. Nesse sentido, propõe-se a ampliação dos espaços institucionais de diálogo entre poder público, moradores, trabalhadores do turismo e organizações da sociedade civil, de modo a incorporar a percepção comunitária aos processos de planejamento e tomada de decisão. Conselhos municipais atuantes, audiências públicas periódicas e instrumentos de transparência na alocação dos recursos podem contribuir para reduzir desigualdades territoriais e fortalecer a legitimidade das políticas públicas.

No que se refere ao envolvimento comunitário, os dados indicam que a ampliação da participação social depende de estratégias contínuas de educação ambiental e comunicação pública. Campanhas educativas permanentes, parcerias com escolas, associações de moradores e iniciativas locais, bem como ações de sensibilização voltadas a turistas e

prestadores de serviços, podem fortalecer o sentimento de pertencimento, ampliar a consciência ambiental e estimular práticas coletivas de preservação.

Por fim, a mitigação dos impactos socioeconômicos da sazonalidade requer políticas voltadas à redução da precarização do trabalho e à valorização das atividades econômicas locais ao longo de todo o ano. A diversificação econômica, o incentivo a formas de turismo de menor impacto e maior permanência, como o turismo cultural, comunitário e de natureza, bem como o apoio a iniciativas de economia solidária, podem contribuir para reduzir a dependência exclusiva da alta temporada e promover um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo.

Dessa forma, as proposições apresentadas apontam para a necessidade de uma abordagem integrada, que articule planejamento territorial, gestão ambiental, participação social e diversificação econômica. A incorporação dessas estratégias pode contribuir para mitigar os impactos negativos da sazonalidade turística em Cabo Frio, promovendo um modelo de turismo mais sustentável, justo e alinhado às necessidades da população residente e à conservação dos ecossistemas costeiros.

**Quadro 2 – Recomendações para mitigação dos impactos da sazonalidade turística em Cabo Frio**

| Problemas identificados | Proposições de mitigação |
|---|---|
| Superlotação das praias e pressão sobre a infraestrutura urbana | Monitoramento contínuo dos fluxos turísticos; regulação do uso da orla em períodos críticos; limitação de acessos e estímulo à visitação em horários e áreas alternativas |
| Degradação ambiental (lixo, poluição, pressão sobre dunas e restingas) | Fortalecimento da gestão costeira integrada; ampliação da fiscalização; políticas permanentes de manejo de resíduos sólidos; proteção dos ecossistemas sensíveis |
| Concentração espacial e temporal do turismo | Diversificação da oferta turística para além do turismo de sol e praia, com incentivo a modalidades culturais, de natureza e comunitárias |
| Desigualdade na distribuição dos investimentos públicos | Adoção de critérios transparentes e equitativos para a alocação de recursos; priorização de áreas mais pressionadas e vulneráveis |
| Fragilidades na gestão pública e planejamento reativo | Elaboração e implementação de planos integrados de turismo e meio ambiente; articulação entre diferentes escalas de governo |

| | |
|---|---|
| Baixo envolvimento comunitário e participação social limitada | Fortalecimento de conselhos municipais; realização de audiências públicas periódicas; inclusão da percepção dos moradores nos processos decisórios |
| Fragilidade da consciência ambiental de moradores e turistas | Campanhas educativas permanentes; parcerias com escolas, associações comunitárias e iniciativa privada; ações de sensibilização voltadas aos visitantes |
| Precarização do trabalho e dependência da alta temporada | Incentivo à diversificação econômica; apoio a iniciativas de economia solidária; estímulo a atividades turísticas de menor impacto e maior permanência |

**Fonte:** Dados da pesquisa (2025).

### 5.6 Sazonalidade turística em Cabo Frio: convergência entre dados oficiais, percepções locais e análise temporal

Além das percepções dos moradores, os dados oficiais e estudos anteriores sobre o turismo em Cabo Frio reforçam e ampliam a compreensão dos efeitos da sazonalidade no município. Conforme entrevista concedida ao *Folha dos Lagos* pelo Secretário Municipal de Turismo em 2025, Cabo Frio recebeu cerca de 3 milhões de visitantes na alta temporada de 2024/2025, com previsão de superação desse número na temporada seguinte, além de uma estimativa de impacto econômico superior a R$ 1,8 bilhão (Folha dos Lagos, 2025). Esses dados confirmam a elevada concentração dos fluxos turísticos e ajudam a explicar as percepções amplamente compartilhadas pelos moradores acerca da superlotação, da pressão sobre os serviços públicos e da sobrecarga da infraestrutura urbana.

Os dados oficiais fornecem um contexto quantitativo que dialoga diretamente com os resultados empíricos da pesquisa de campo. A quase totalidade dos participantes (94,1%) afirmou perceber mudanças significativas entre a alta e a baixa temporada, especialmente no que se refere à mobilidade urbana, à geração de resíduos e ao aumento do custo de vida. Essa convergência entre estatísticas oficiais e percepções comunitárias indica que os impactos identificados não se restringem ao campo subjetivo, mas refletem fluxos turísticos concretos, intensos e recorrentes, característicos da sazonalidade em destinos litorâneos.

Quando comparados a estudos anteriores, observa-se que muitos dos desafios identificados persistem ao longo do tempo e, em alguns casos, apresentam sinais de intensificação. Jordão (2011), em pesquisa realizada há mais de uma década sobre a atividade

turística em Cabo Frio, já registrava percepções críticas dos moradores em relação aos impactos do turismo no cotidiano urbano e no meio ambiente, ainda que em um contexto marcado por menor pressão demográfica e por fluxos turísticos menos expressivos. A presente pesquisa não apenas confirma essas tendências, como evidencia que a sazonalidade permanece como elemento estruturante da dinâmica turística local, com efeitos ampliados, maior intensidade percebida pelos residentes e corroboração por projeções oficiais que indicam volumes elevados de visitantes.

Essa comparação temporal evidencia que, embora o turismo continue a desempenhar papel relevante como vetor econômico, os mecanismos de gestão pública e de mitigação dos impactos socioambientais não acompanharam a intensificação da demanda turística. Tanto as percepções dos moradores quanto os dados oficiais apontam fragilidades na gestão integrada do território, na distribuição equitativa de investimentos socioambientais e na institucionalização da participação social, reafirmando a necessidade de estratégias mais robustas de planejamento urbano, ambiental e de turismo sustentável.

No âmbito institucional, a atuação do poder público em Cabo Frio tem se consolidado por meio de instrumentos legais e estratégicos voltados à organização e qualificação do turismo como vetor de desenvolvimento econômico e social. Destacam-se, entre eles: o Plano Diretor Municipal de Desenvolvimento Sustentável (Lei Complementar nº 52/2023), que estabelece diretrizes para o uso e a ocupação do solo, incluindo áreas de desenvolvimento turístico e de proteção ambiental; a Estratégia Municipal de Turismo (Projeto de Lei nº 0278/2021), que visa à criação de um Plano Municipal de Turismo com projetos e ações estruturadas; e o Plano de Ação do Turismo (2021–2024), que articula eixos como governança, melhoria de serviços e marketing turístico.

Apesar da existência desses instrumentos, a percepção dos moradores revela uma distância significativa entre o planejamento e a efetiva implementação das políticas públicas. Os resultados da pesquisa indicam a necessidade de aprimoramento da gestão integrada do turismo, do planejamento preventivo frente à sazonalidade e da distribuição mais equitativa dos investimentos públicos, de modo a reduzir os impactos socioambientais e promover um desenvolvimento turístico mais equilibrado e sustentável.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender a percepção dos moradores de Cabo Frio acerca dos impactos socioambientais associados à sazonalidade turística, considerando seus efeitos sobre o território, a qualidade de vida da população residente e a gestão pública do turismo. Ao privilegiar a perspectiva dos moradores, o estudo buscou contribuir para uma análise crítica do modelo de desenvolvimento turístico do município, fortemente ancorado no turismo de sol e praia e marcado por intensas oscilações sazonais.

Os resultados evidenciam que a sazonalidade é percebida como um fenômeno estrutural, cujos efeitos extrapolam a dimensão ambiental e incidem diretamente sobre o cotidiano urbano e a dinâmica socioeconômica local. Aspectos como a superlotação das praias, os problemas de mobilidade, a intensificação da geração de resíduos e o aumento do custo de vida são compreendidos pelos moradores como efeitos recorrentes de um modelo turístico concentrado e pouco planejado, que acentua pressões sobre a infraestrutura urbana e os ecossistemas costeiros.

Embora o turismo seja amplamente reconhecido como fundamental para a economia local, os benefícios gerados pela atividade são percebidos como desigualmente distribuídos no território e ao longo do ano. Essa constatação revela uma contradição central do turismo em Cabo Frio: ao mesmo tempo em que impulsiona a economia, o modelo vigente aprofunda desigualdades socioespaciais e compromete a sustentabilidade do destino, especialmente nas áreas mais pressionadas durante a alta temporada.

No que se refere à atuação do poder público, os dados indicam fragilidades na gestão ambiental e no enfrentamento dos impactos sazonais. A avaliação predominantemente negativa ou parcial dos investimentos em preservação ambiental e ordenamento do uso turístico das praias aponta para a ausência de políticas públicas contínuas, integradas e territorialmente equilibradas, reforçando a necessidade de planejamento urbano e ambiental de caráter preventivo.

Outro resultado relevante diz respeito à participação social. Apesar de parte dos moradores relatar envolvimento em ações ambientais, o engajamento comunitário ainda se mostra limitado e pouco institucionalizado. A população reconhece a importância da conscientização ambiental e da participação coletiva, mas identifica entraves como a baixa divulgação das ações, a ausência de incentivos e a frágil articulação entre poder público, escolas e associações comunitárias.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo contribui ao articular os conceitos de sazonalidade turística, sustentabilidade, gestão ambiental e percepção dos moradores a partir de um estudo empírico em um destino litorâneo brasileiro. A combinação de dados quantitativos e qualitativos reforça a relevância da dimensão perceptiva como instrumento analítico para a compreensão dos impactos do turismo e para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às realidades locais.

No plano prático, os resultados indicam a necessidade de superação de uma lógica imediatista e sazonal no planejamento do turismo em Cabo Frio. Estratégias como a diversificação da oferta turística ao longo do ano, a criação de um calendário permanente de eventos na baixa temporada e o fortalecimento da gestão ambiental das praias, com investimentos equitativos e baseados na capacidade de carga, despontam como caminhos para a mitigação dos impactos identificados.

No campo da participação social, recomenda-se a ampliação e a institucionalização dos canais de envolvimento da população residente, por meio do fortalecimento dos conselhos municipais, da criação de fóruns participativos e do incentivo a práticas contínuas de educação ambiental. A articulação entre poder público, escolas, associações comunitárias e trabalhadores do turismo mostra-se fundamental para promover maior corresponsabilização na gestão do território.

Por fim, reconhecem-se as limitações da pesquisa, especialmente quanto ao tamanho e à natureza não probabilística da amostra, o que restringe generalizações mais amplas. Ainda assim, os dados obtidos revelam tendências, percepções recorrentes e tensões estruturais associadas à sazonalidade turística em Cabo Frio. Para estudos futuros, recomenda-se a ampliação da amostra, a realização de análises comparativas com outros destinos litorâneos capazes de acompanhar as transformações do território ao longo do tempo.

Dessa forma, espera-se que este estudo contribua para a reflexão crítica e para a construção de um modelo de turismo mais equilibrado, sustentável e socialmente justo em Cabo Frio, no qual o desenvolvimento econômico esteja articulado à preservação ambiental e à melhoria da qualidade de vida da população residente.

## 7. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros. *Sazonalidade do turismo: conceitos, impactos e estratégias*. São Paulo: Aleph, 2005.
BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 13. ed. São Paulo: Senac, 2007.
BERNARDO, Carlos Augusto de Oliveira **et al.** O turismo e sua dinamização na produção do espaço no município de Cabo Frio (RJ). *Revista Continentes*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 23, p. 164–173, 2023. DOI: 10.51308/continentes.v1i23.455.
BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 2 set. 1981.
BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade). *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 11 jul. 2001.
BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 18 set. 2008.
CABO FRIO (RJ). Lei Complementar nº 52, de 1º de junho de 2023. Institui o Plano Diretor Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Cabo Frio. *Diário Oficial do Município de Cabo Frio*, Cabo Frio, 2023.
CABO FRIO (RJ). *Plano de Ação do Turismo*. Cabo Frio: Prefeitura Municipal de Cabo Frio, 2021.
CABO FRIO (RJ). *Plano Plurianual – PPA Revisão 2025: Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer – Metas e Prioridades*. Cabo Frio: Prefeitura Municipal de Cabo Frio, 2024.
CABO FRIO (RJ). Projeto de Lei nº 0278/2021. Institui a Estratégia Municipal de Turismo de Cabo Frio. Câmara Municipal de Cabo Frio, Cabo Frio, 20 ago. 2021.
CHRISTÓVÃO, João Henrique de Oliveira. *Do sal ao sol: a construção social da imagem do turismo em Cabo Frio*. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.
FOLHA DOS LAGOS. Verão em Cabo Frio: secretário prevê três milhões de turistas e impacto de R$ 1,8 bilhão na economia. Cabo Frio, 2025.
JORDÃO, Ana Carolina. *Turismo, urbanização e políticas públicas na Região dos Lagos (RJ): conflitos e contradições do desenvolvimento turístico*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
MELAZO, Guilherme Coelho. Percepção ambiental e educação ambiental. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Rio Grande, v. 14, p. 45–60, 2005.
PAULINO, Priscila. *Turismo, planejamento e impactos socioambientais em municípios litorâneos brasileiros*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.
RAMÃO, Felipe de Souza. Os limites do modelo de cidade turística de Cabo Frio, RJ: quando a luz acende e apaga. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, n. 13, 2018. DOI: 10.4000/espacoeconomia.4449.

RAMÃO, Felipe de Souza; MELO, Marcos Vinícius Nascimento de. O precariado da praia na cidade turística de Cabo Frio-RJ. *O Edifício dos Editores*, v. 4, n. 1, p. 151–165, 2021.
RUSCHMANN, Doris van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2001.

**INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL UTILIZADAS:**

MANUS. Manus AI [ferramenta de inteligência artificial]. Versão online. [S.l.]: Manus, 2025. Disponível em: https://www.manus.ai. (Utilização para revisão de texto, cruzamento de dados, elaboração de tabelas e quadros)
GOOGLE. *NotebookLM* [ferramenta de apoio à pesquisa com inteligência artificial]. Mountain View: Google, 2025. Disponível em: https://notebooklm.google. (Utilização para resumos e fichamentos de literatura especializada)